

Transpondo obstáculos: o acesso à educação

Assim que a escravidão foi oficialmente abolida, em 13 de maio de 1888, os alunos maranhenses aprenderam a cantar o *Hino de libertação dos escravos*, que dizia o seguinte:

Salve a pátria do Progresso!
Salve Deus e Igualdade!
Salve! Salve o sol que raiou hoje,
Difundindo a Liberdade!
Quebrou-se enfim a cadeia
Da nefanda Escravidão!
Aqueles que antes oprimias,
Hoje terás como irmão!

Os versos adquiriram força não só por anunciar um momento tão ansiosamente aguardado, mas por terem saído da pena de uma mulher de origem africana, que dedicou sua vida à educação e que hoje é considerada a primeira mulher a escrever um romance no Brasil, *Ursula*, publicado em 1858. Maria Firmina dos Reis, a autora, revelou-se como pioneira tanto em nossas letras como na história da educação brasileira, fundando em 1880, na cidade de São Luís do Maranhão, uma escola mista e gratuita para as crianças pobres. Professora desde 1847, mesmo depois de se aposentar, em 1881, continuou, com poucos recursos, seu trabalho de instrução e assistência aos menores desassistidos, tomando muitos deles como afilhados. A trajetória de Maria Firmina, assim como a de outras professoras e algumas negras que se tem alguma notícia desde o século XVIII, aponta a um capítulo da história brasileira ainda pouco conhecido.

Desde o período colonial, a educação feminina esteve voltada, na maior parte das vezes, para as funções domésticas, a aprendizagem dos cuidados com a casa, com o marido e os filhos, sendo o bordado uma das únicas "prendas" permitidas sem maiores inquietações. Nem brancas, nem negras ou indígenas eram alfabetizadas, salvo casos isolados, quando os jesuítas interessavam-se pela instrução religiosa de umas poucas jovens índias, ou algumas famílias mais abastadas mandavam suas filhas para os conventos portugueses. Mas nem sempre os motivos que as levavam até ali vinham da boa-fé de seus pais ou tutores. Nos conventos, muitas viviam como prisioneiras, forçadas ao claustro pela rebeldia, pelo adúlterio ou por disputas de espólios familiares. A partir de 1678,

Da mesma capitania de Minas Gerais vem a história de uma outra mulher que, no mesmo período, também empregava todas as forças para que suas filhas fossem mantidos longe da “alavanca e da enxada” e concluíssem sua formação.

esmoreceu e empenhou-se em uma renhida batalha para que seus descendentes propostos eram injustificáveis, “em se tratando de mulatos”. Mas Isabel não que ela havia solicitado para a instrução de seus filhos, alegando que os gastos inventariados, o juiz Donas Bota arbitrou caber à viúva um valor bem inferior ao morava. Nos idos de 1760, quando os bens do finado marido de Isabel foram Donas Boto, juiz de fora e de órfãos de Mariana, cidade mineira onde Isabel viviam. Mas sua determinação foi vista com antipatia por José Antônio Pinto novo. Esforçava-se assim para que ambos superassem a condição social em que – com alguém que ensinava em troca de pagamento – e a alfabetização do mais descendentes, custeando o aprendizado do ofício de boticário do filho mais velho condições de vida a seus filhos. Isabel da Silva de Abreu foi uma dessas mulheres. Parda e viúva, desde cedo buscou assegurar a instrução de seus destacavam as mães, determinadas a garantir, pela educação, melhores Por outro lado, na mesma época, há indícios de uma luta silenciosa na qual se Lourenço, alegando que as crianças eram “filhas de negras”.

pagamento de mestres-escolas. A ordem real, contudo, não foi acatada por dom português e latim. Para educá-los, cada vila da província deveria arcar com o não paravam de nascer, começassem a aprender a contar, ler e escrever em recebeu uma ordem expressa de dom João VI exigindo que os “ilegítimos”, que autoridades. Em 1721, o governador de Minas Gerais, dom Lourenço de Almeida, portas da educação foram abertas sem reações mais incisivas por parte das benevolência dos escravocratas para seus rebentos. Nem isso significa que as escravas”. Mas não se deve entender esse acesso simplesmente como uma condição de filhas, ainda que ilegítimas, dos senhores de terras com “suas catecismo. Algumas ingressavam nesses estabelecimentos em função de sua chamadas sinhazinhas, onde aprendiam boas maneiras, prendas domésticas e e mulatas, passaram a ser admitidas em instituições antes só permitidas às começaram a aparecer na década de 1720. Nesse período, escravizadas, negras As primeiras notícias sobre experiências de ensino da população negra na colônia Portugal foi aos poucos diminuindo.

com a criação do convento de Santa Clara do Desterro, na Bahia, e de outras instituições similares, o número de meninas que viajavam para se instruir em

Até meados do século XIX, seria somente a partir de iniciativas isoladas de uns poucos grupos – como o dos africanos islamizados da Bahia – e da determinação de alguns homens e mulheres que parte da população negra, especialmente a escravizada, teria algum tipo de acesso à educação. Embora a primeira Constituição do Brasil, de 1824, pregasse o fim do analfabetismo – prevendo a “instrução primária gratuita a todos os cidadãos” e instituindo “colégios e universidades”, onde seriam ensinadas as “ciências, belas-artes e artes” – e, em 1827, tenham surgido as escolas de primeiras letras, conhecidas como

para a leitura e o aprendizado da escrita árabe. islâmica, alguns cativos, mesmo após as lutas diárias, reservavam um tempo orações e textos do livro sagrado eram passos fundamentais para a formação do Corão, além de aprender a ler e escrever o árabe. Como escrever e memorizar para fazer refeições rituais, celebrar datas festivas, orar, recitar e decorar versões companheiros, nos quintais de seus senhores ou nos quartos e vagas alugados, participaram da Revolta dos Malês, em 1835, reuniam-se nas casas de seus quilombolas a ler e escrever. Em Salvador, alguns dos escravizados e libertos que seu líder, o negro Cosme, criara uma escola que ensinava aos pequenos No Maranhão, há indicações de que, no Quilombo da Fazenda da Lagoa Amarela, administrados por mulheres livres, que lhes ensinavam regras de conduta.

Outras tantas eram por vezes enviadas para os espaços educacionais, colher, servir e mesmo atender caladas aos desejos dos homens da casa-grande. tarde teriam que exercer. Preparavam-se para lavar, passar, cozinhar, tecer, as jovens cativas aprendiam com as mais velhas os diversos trabalhos que mais particulares dos seus filhos e filhas, ou mesmo delas participavam. Nas senzalas, meninas escravizadas, pela proximidade com os exploradores, assistiam às aulas intervalos das extenuantes tarefas domésticas ou agrícolas. Muitos meninos e e luta pela sobrevivência, na informalidade do ambiente de trabalho e ou nos negras se dava na convivência diária com a brutalidade, nos modos de resistência o mínimo necessário para sujeitarem-se às suas ordens. A educação das crianças exploradores e autoridades interessava que escravizados e libertos aprendessem Mas esses casos eram de fato exceções em um contexto no qual aos pelo tempo que desejassem.

Recolhimento, onde o casal podia prolongar a permanência ao lado das meninas comodidade, ela e o desembargador construíram um sobrado, próximo ao quando quisesse. E, para que esses encontros ocorressem com maior cristã, trabalhos de agulha e cantochoão. Chica da Silva podia visitar suas filhas assim que completavam cinco anos. Ali aprendiam as primeiras letras, doutrina especializado na formação de moças, para onde as meninas eram encaminhadas Senhora de Monte Alegre de Macaúbas, misto de educandário e convento,

No mesmo período também foi possível encontrar notícias sobre outras iniciativas e associações que buscavam incentivar a educação da população negra, em realmente liberta e encaminhada às escolas.

Índices de analfabetismo pouco baixaram. Um número irrisório de crianças foi Janeiro, 1886). Contudo, a nova legislação não se mostrou eficaz, já que os Instituto dos Educandos Artífices (Pará, 1876) e o Asilo Agrícola Isabel (Rio de Orfanológica Isabel (Recife, PE, 1873), o Colégio Nossa Senhora do Amparo, o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara (Teresina, PI, 1873), a Colônia como o Imperial Instituto Fluminense (Rio de Janeiro, RJ, 1869), o chamadas as crianças de "ventre livre", em instituições espalhadas pelo Brasil, O Império passaria então a "patrocinar" o ingresso dos ingênuos, como eram

escrivistas foram "educadas" com um único propósito – o trabalho. responsabilidade do Império quanto as que permaneceram nas mãos dos para o mesmo fim. No entanto, pode-se dizer que tanto as crianças sob a anos. Após completar oito anos, poderiam ser também "comprados" pelo Estado enviados a associações que se responsabilizariam pela sua instrução até os 21 nascidos a partir da promulgação da lei, conforme o artigo 2º, poderiam ser objetiva pelas autoridades e poderes imperiais. Assim, os filhos de escravizados educação dos filhos da população escravizada seria tratado de forma mais discussões levantadas pela Lei do Ventre Livre, em 1871, o problema da criação de Asilos de Educandos em quase todas as capitais provinciais. Com as As atenções políticas à infância desassistida intensificou-se nos anos 1850 com a conquistado a alforria.

desse estudantes eram filhos de escravizados ou ex-cativos que haviam vestuário e calçado aos mais necessitados". Não se sabe, contudo, quantos despesas de papel, penas e livros, a associação oferecia "socorros medicinais, em uma "aula de meninos e mais duas de meninas". Além de concorrer para as 1829, acolhia crianças e jovens, "filhos dos sócios" e também "pobres e órfãos", Rio de Janeiro, a Sociedade Amante de Instrução, fundada em 5 de setembro de Nas instituições de primeiras letras, encontravam-se apenas poucas libertas. No da complacência dos "detentores" do conhecimento.

discriminados em suas iniciativas e dependentes, no mais das vezes, liberdade, muitos ex-cativos ainda encontravam dificuldades para se instruir, contagiosas, escravos e não vacinados". Mesmo depois de conquistada a acesso às escolas da corte ficou oficialmente proibido aos "portadores de doenças Com a publicação do decreto 1.331, de 1854, e o Aviso Imperial 144, de 1864, o para homens e mulheres livres. pedagogias, que formalizaram o ensino feminino, essas melhorias só valeriam

especial das mulheres. Com a criação de alguns cursos noturnos, crianças e adultos, homens pobres livres e mesmo escravizados passaram a receber instrução preliminar. No Rio de Janeiro, a Sociedade de Auxílio à Indústria Nacional abrigava desde 1868 uma escola gratuita com a finalidade de instruir as “classes trabalhadoras”. Em 1882, o Clube dos Libertos contra a Escravidão, criado em São Domingos de Niterói, determinava nos estatutos, aprovados por carta do governo da província do Rio de Janeiro em junho daquele ano, que seu principal objetivo era “libertar o maior numero possível de escravos”. Previam ainda a assistência aos sócios em caso de “moléstia ou perseguição” e a criação de escolas primárias noturnas e gratuitas para seus associados e demais interessados, “devido os escravos que as frequentarem apresentar consentimento expresso de seus senhores”.

Em Campinas, no final da década de 1860, entre as inúmeras escolas criadas por grandes fazendeiros e outros trabalhadores da região, próprias para a educação de seus descendentes e também dos chamados “deserdados da fortuna”, havia muitas que apareciam em jornais e almanagues da época como instituições pagas; outras tantas eram destinadas à alfabetização ou ofereciam o chamado curso secundário, como o Colégio para Meninas de dona Inácia de A. Camargo, a Escola de Anna Matilde Pinto e a Escola de dona Maria Benedita Braga. Dentre as instituições “destinadas aos pobres e a seus filhos”, destacava-se o Colégio Cesariano, ou Perseverança, especializado no ensino de jovens negras e pobres. O espaço educacional era dirigido conjuntamente pelo mulato Custódio Cesariano, sua mulher e as três filhas do casal, Amância, Bernardina e Balbina, que também ministravam aulas. Em 1865, contava com 44 alunas, entre brancas e negras; dez anos depois, esse número crescera para 51. Em 1872, foi realizado um leilão de artesanato na escola com o objetivo de angariar recursos para a alforria de uma cativa. O empenho da família por redimir da escravidão as crianças desassistidas foi registrado por dom Pedro II quando, em 1876, escreveu em seu diário que “o colégio Perseverança do Cesariano e sua mulher, pardos, tem muitas meninas e é bastante conceituado (...)”.

Na realidade, as propostas de educação levadas adiante por algumas dessas associações estavam mais voltadas para a melhoria da mão de obra e para “ocidentalizar” os costumes – tidos como “bárbaros” por grande parte da sociedade brasileira da época – do que propriamente para ampliar a participação cidadã dos afro-descendentes. Não se sabe ao certo quantos alunos frequentadores daqueles cursos eram livres. No entanto, os poucos dados de que se dispõe sobre o assunto evidenciam que a situação dos cativos e libertos não mudara muito. Em toda a província do Rio de Janeiro, segundo o relatório provincial de 1879, apenas 104 escravos sabiam ler e escrever, sendo que 81

Luciana Abreu (1847- 1880), que ficou órfã ao nascer, em Porto Alegre, em 11 de junho de 1847, foi outra que desde cedo começou a estudar, incentivada pelo pai adotivo, o guarda-livros Gaspar Pereira Viana. Em 1859 terminou o curso primário, permanecendo na escola como ajudante. Dez anos depois, já com uma filha, seria uma das primeiras a ingressar na recém-criada Escola Normal de Porto Alegre, Souza.

fundação – em 12 de setembro de 1925 – do Grêmio Litero-Musical Auta de seria homenageada anos mais tarde na Escola Doméstica de Natal, com a coletâneas do final do século XIX. A poetisa, que morreu com apenas 24 anos, nos poemas publicados em jornais e revistas da região, assim como em produção literária que se intensificaria nos anos seguintes, como se pode observar paixão pela literatura logo levaria a jovem a escrever as primeiras poesias. Uma como a primeira aluna da turma, recebendo todos os prêmios escolares. Sua Colégio São Vicente de Paula, de freiras francesas, em Recife. Ali se destacou de 1876 uma menina negra, batizada de Auta de Sousa. Ainda jovem frequentou o No Rio Grande do Norte, em Macaíba, sertão de Seridó, nascia a 12 de setembro de uma amiga que fora escrava. Mas Firmina não foi a única.

lavradores. Faleceria em 11 de novembro de 1917, já cega e aos 92 anos, na casa continuaria sua missão, ministrando aulas para filhos de fazendeiros e de dedicação à educação. Em Magaricó, município a poucos quilômetros dali, Guimarães até 1881, quando se aposentou. Não abandonaria, porém, sua disputar a vaga com mais duas candidatas, foi nomeada em 1847. Lecionou em Guimarães. Ali mesmo prestou concurso para o ensino primário oficial. Depois de registrada por João Pedro Esteves. Aos cinco anos mudou-se para a cidade de em 11 de outubro de 1825, em São Luis do Maranhão, negra e filha ilegítima, foi Maria Firmina dos Reis, também autora de hinos e folguedos populares. Nascida Uma dessas mulheres, acima mencionada, foi a escritora, poetisa e educadora diferenças existentes na sociedade brasileira da época.

autoridades para que tomassem atitudes mais definitivas com relação às enormes integração, fundando escolas, escrevendo manifestos, pressionando as afro-descendentes ocupariam um papel de destaque nesse processo de favorável à disseminação do ensino e pelo avanço dos ideais abolicionistas, as conhecimentos, aprender a ler e a escrever. Incentivadas por um ambiente mais criariam, com uma resistência tenaz, diferentes maneiras de adquirir cenário elvado de preconceitos e permeado por medidas e posturas restritivas, Entretanto, como em outros tempos, os homens e mulheres negros, diante de um ensino público.

Reforma do Ensino Primário e Secundário, a população negra obteve o direito ao eram homens e 23 mulheres. Somente no final da década de 1870, com a

Quando percebeu que sua missão fora cumprida, em 1908, Luciana partiu para Bagé, onde criou o Orfanato São Benedito, com o auxílio de suas três filhas de criação, Alice, Avelina e Julieta, e de sua amiga Florentina Ferreira. Olavo Bilac foi uma das testemunhas que se encantou com o projeto. Em 1916, escreveria: “Bendita seja esta obra de caridade e amor.” Com o crescimento do orfanato, Luciana pediu para ser substituída na direção da casa. Mas continuaria se dedicando à instrução de meninos e meninas desassistidas. Ali mesmo, em Bagé,

ensinavam prendas domésticas às meninas carentes. pelas ruas da cidade, fundou o Asilo, onde voluntárias negras alfabetizavam e município de Pelotas. Com os donativos que arrecadava em suas peregrinações de dedicação às crianças negras ainda muito jovem, logo que chegou ao em Porto Alegre no dia 13 de junho de 1870, em meio à pobreza, iniciou sua vida como Mãe Preta, fundaria o Asilo São Benedito, em 13 de maio de 1901. Nascida em Pelotas, no Rio Grande do Sul, Luciana Lealdina de Araújo, mais conhecida

incorporado à Federação Paulista dos Homens de Cor. seguinte, chegou a ter 422 estudantes. Três anos depois, o colégio seria no período inicial. Em 1907 já contava com 272 alunos matriculados e, no ano nomeada a primeira professora da escola, que reunia 21 meninas e 19 meninos primeira aula mista. Menos de um mês depois, Ana de Almeida Cabral seria Campinas, foi criado o Colégio São Benedito; em junho daquele ano realizou-se a no interior da Irmandade de São Benedito dos Homens Pretos da cidade de estabeleceram com maior regularidade em diversas cidades brasileiras. Em 1897, mudar. A partir do final do século XIX as instituições de ensino mistas se

menos de suas origens e culturas. década de 1870, não pressupunham a valorização de sua cidadania, nem muito negros e negras em diferentes espaços educacionais, especialmente a partir da Essas experiências e mobilizações em torno da participação e do ingresso de

símbolos da emancipação feminina gaúcha. escolher a profissão que quisessem. Foi aplaudida de pé, tornando-se um dos condição da mulher, seu direito irrestrito à instrução superior e a liberdade de Em uma dessas reuniões, Luciana discursou com grande firmeza sobre a de escravos e realizavam saraus literários para aprimorar a educação feminina. defendiam o direito à instrução das mulheres, arrecadavam fundos para libertação da intelectualidade gaúcha, onde se reuniam republicanos e abolicionistas que voz veemente ecoava por sobre a tribuna da sociedade Parthenon Literário, reduzto aqueles que, sem medo, expuseram idéias sobre a emancipação feminina. Sua tarde uma reconhecida escola particular. Seu nome aparece afixado ainda entre onde se diplomaria em 1872. Atuando como professora primária, abriu anos mais

passou a dirigir uma creche para crianças pobres. A Mãe Preta gaúcha faleceu, anos mais tarde, em 21 de novembro de 1930.

O nome de Luciana Lealdina foi eternizado na memória de Pelotas. Alguns locais da cidade, como rua, praça e a Escola Municipal Luciana Lealdina de Araújo, levam seu nome. Até hoje a instituição criada por Lealdina é mantida pelas irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria, que desde 1993 funciona em regime de semi-internato, abrigando somente meninas. Em 1999, das 90 alunas matriculadas, 55 eram negras. Já entre as 18 professoras que compunham o quadro da escola nesse período, só uma era negra.

Pelotas, localidade onde Luciana Lealdina desenvolveu sua obra, também foi o importante reduto de uma imprensa negra combativa. O jornal *Alvorada*, criado em 5 de maio de 1907, foi um dos principais meios de divulgação da comunidade afro-descendente. Em suas páginas, as mulheres negras tiveram oportunidade de dar prosseguimento à luta por educação e pela abertura dos meios de comunicação às suas causas.

Alguns documentos mostram a rara presença de estudantes negras nas principais escolas femininas da elite brasileira, como por exemplo os colégios *Sion*, espalhados por alguns municípios do sudeste. A trajetória de Maria Dimpina Lobo Duarte (1891-1966) representou uma exceção. Nascida em Cuiabá, foi a primeira mulher a ingressar no Liceu Cuiabano. Desde o início destacou-se por sua inteligência. Além de um português invejável, ao longo do curso Maria Dimpina aperfeiçoou-se nas línguas grega, latina, inglesa, alemã e francesa. Após ter se bacharelado em ciências e letras, ajudou a fundar o Colégio São Luís e lecionou na escola-modelo Barão de Meigão, conhecida pela aplicação das mais novas teorias pedagógicas. Em 1916, ela participou da fundação do Grêmio Literário Júlia Lopes, responsável pela edição da revista *A Violeta*. Anos depois, ainda criou a Escola Doméstica Júlia Lopes de Almeida e fundou a Federação Mato-Grossense pelo Progresso Feminino.

O século XX continuou assistindo o surgimento, ainda que lentamente, de diversas iniciativas educacionais voltadas para a população afro-descendente. Na cidade paulista de Ipiranga, o Asilo Sagrada Família, fundado por Madre Paulina em 1903, reunia 20 meninas negras no curso preliminar, além de se dedicar ao tratamento de ex-escravos idosos. Em 1922, a futura deputada Antonieta de Barros fundou, em Florianópolis, o Curso Popular Antonieta de Barros que funcionaria por mais de 32 anos, trabalhando para a formação de sucessivas gerações de homens e mulheres negros.

No extremo sul do Brasil, várias mulheres negras também transpuseram algumas barreiras pela educação. A professora Regina Gonçalves e Silva, além de anos de

preparação de alunos para o ingresso nos cursos superiores. geometria e prendas domésticas também faziam parte do currículo. Havia ainda a ler, escrever e contar; as lições de gramática, geografia, história, aritmética, valorização intelectual, cívico e moral dos afro-descendentes. Lá ensinava-se a Cívico Palmares, fundado por iniciativa de mulheres negras engajadas na importante pólo de consciência e disseminação do conhecimento foi o Centro promovia o ensino de música, inglês, educação física, corte e costura. Outro Em São Paulo, a Frente Negra Brasileira mantém um curso primário regular e

bibliotecas e outras experiências mais formais de ensino. teatrais, sessões de declamação de poesias, palestras educativas, formação de desenvolver atividades educacionais diversas, como encenações de peças afro-descendente. Associações negras espalhadas por todo o país começaram a contexto de projetos mais amplos de conscientização e mobilização da população Em meio a esse clima de segregação racial velada, outras escolas surgiram no região e escrevendo para suplementos infantis de jornais.

Horizonte, ela logo se destacaria ministrando aulas na Escola Normal Rural da matriculada por seu pai, "sem ser consultada", na Escola Normal de Belo mulheres não tinham outra saída se não fossem professoras". Apesar de ter sido seu tempo, educadora e comunicadora de rádio e televisão, lembra que "as feminina. A mineira Elza de Moura, uma das mulheres negras mais atuantes de aparecia justamente como uma das principais alternativas de profissionalização instituições e outros espaços de ensino. Nesse período o exercício do magistério suficientes para atuar a destacada atuação de algumas professoras negras em Esses critérios com base na ideologia do branqueamento, contudo, não foram magistério.

conduta social e vocação individual e familiar, isto é, pais, tios ou irmãos no defeito físico ou psíquico, como de hábitos higiênicos e de personalidade - boa tanto pela comprovação da ausência de doença contagiosa ou repugnante, de Em 1932, os requisitos para uma jovem ingressar no magistério público passavam favorecer aquelas que tinham o fentótipo "europeizado".

Julgamento de aspectos físicos e psicológicos, que acabavam quase sempre por contratação das professoras estava vinculada a critérios que envolviam o negras em seu corpo docente. Acompanhando as teorias raciais do período, a sistematizada, mas sem grandes avanços no que se referia à integração de pioneiros da educação nova", o ensino público adquiriu uma feição organizada e A partir da década de 1930, especialmente com a elaboração do "Manifesto dos

Ivete Sacramento foi a primeira reitora negra do Brasil. Nascida em Salvador, em 30 de outubro de 1952, formada em letras e com pós-graduação pela Universidade de Quebec, no Canadá, foi escolhida pelos professores, alunos e

Paralelamente a esses pioneirismos e inúmeros esforços pessoais da primeira metade do século XX, a temática do negro conquistava diversos setores agregando diferentes abordagens. No campo acadêmico, surgiu uma nova geração de autores brasileiros: José Honório Rodrigues, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, que, entre outros, reascenderam, sob novos parâmetros, as discussões sobre democracia racial e relações sociais, assim como o papel do negro na construção da identidade nacional. No final da década de 1950, junto à Universidade Federal da Bahia, inaugurou-se o primeiro núcleo de estudos africanos, o Centro de Estudos Afro-Orientais. Alguns anos mais tarde floresceram outras iniciativas: em 1963 foi criado o Centro de Estudos Africanos, ligado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; em 1973, no Rio de Janeiro, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, na Universidade Cândido Mendes; e, anos depois, o Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Estadual de Londrina. Esses centros de pesquisas e de produção científica tornaram-se espaços importantes para a difusão da historiografia africana e afro-brasileira.

Na região Amazônica, o pioneirismo de Ursula Depiza Maloney também merece destaque. Nascida em 16 de dezembro de 1936 e descendente de pai barbadiano, foi aluna do curso de letras da primeira faculdade de Porto Velho, mais tarde Universidade Federal de Rondônia. Dedicou sua vida à educação, que acredita ser “a base de tudo” na formação das pessoas. Além dos inúmeros cursos e aulas, foi chefe de gabinete da Secretaria de Educação de Porto Velho, tendo se aposentado em 2004.

Outro exemplo de resistência ao preconceito racial foi Celestina Rosa e Silva. Estimulada pelos pais, com quem aprendeu a ter orgulho de sua raça, não mediu esforços para galgar todas as etapas do processo educativo. Estudante de pedagogia nos anos 1950, ela se recorda do tempo em que tinha apenas duas outras negras na universidade. Alcançou reconhecimento profissional, tornando-se assessora especial do Conselho Estadual de Educação. Importante acrescentar a esses registros galuchos o dinamismo da professora Zenóbia Lúcia de Deus, que dedicou parte de sua vida à defesa de um ensino que valorizasse a cultura negra em todas as suas dimensões.

dedicação ao magistério, foi coordenadora do Centro de Pesquisas da Secretaria de Educação na década de 1960 e autora de diversos artigos na representativa revista *Professor*. Regina faleceu em 1999, mas seu grande papel na educação lhe rendeu, em 1988, o título de “Educatora Emérita do Rio Grande do Sul”.

funcionários da Universidade Estadual da Bahia para o mandato de 1998 a 2001. No ano seguinte, foi reconduzida ao cargo por mais cinco anos, com 75% dos votos.

A trajetória da alagoana Maria José Carrascosa também apresenta ecos de pioneirismo nas conquistas acadêmicas. Formou-se no magistério em 1936, no Grupo Escolar D. Pedro II, e em seguida passou a dar aulas na cidade de Maragogi. Em 1962 tornou-se supervisora das escolas municipais. Na década de 1970, já formada em educação artística, a professora Carrascosa assumiu a direção das atividades folclóricas da Universidade Federal de Alagoas, onde permaneceu até 1997, aos 82 anos.

Alguns pontos em comum aproximam Maria Auxiliadora Lopes e Eliana Cavalleiro. Ambas são formadas em pedagogia e lutaram pela inclusão das questões étnico-raciais na educação. Pode-se dizer que também foram co-responsáveis pela aprovação da lei 10.639, em 2003, determinando a obrigatoriedade do ensino de história e da cultura afro-brasileiras nas escolas. Maria Auxiliadora, mineira, também historiadora, é desde 1983 funcionária do Ministério da Educação, onde exerceu o cargo de diretora do Departamento de Desenvolvimento do Sistema de Ensino da Secretaria de Educação Fundamental. Eliana, que atualmente responde pela coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional do MEC, também formada em letras, é oriunda da Geledés - Instituto da Mulher Negra e autora do livro *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*, sua tese de doutorado.

Embora os brasileiros e especialmente as mulheres negras venham, pouco a pouco, aumentando sua presença nas instituições de ensino superior, a situação ainda está distante do que deveria ser. A ampliação do acesso à escola não significou o fim das desigualdades raciais, já que a proporção de negros com 12 anos de estudo é quatro vezes menor que a de brancos na mesma faixa etária. Nos últimos anos, contudo, medidas afirmativas, como a adoção de políticas de cotas para afro-descendentes nas universidades públicas, têm sido apresentadas como formas de reduzir essas disparidades, mobilizando diferentes atores sociais numa luta fundamental para nossa história.